

espalhada pelo planeta, não venha atingir tanto a vida da população, e por isso as autoridades têm que trabalhar para isso.

Entretanto, senhores, deixo aqui a minha questão ao governador do estado: como vão ficar alguns detalhes que eu julgo serem importantes? Por exemplo, a população vai ser a principal impactada no fechamento de shoppings, no fechamento de academias, no fechamento de várias lojas, dentre outras coisas que eu tenho certeza de que o governo do estado posteriormente o fará.

Assim, como é que fica a questão do aluguel dos lojistas? Como fica a questão dos gastos com energia, conta de água, conta de luz, dentre outras coisas? Venho a esta tribuna hoje solicitar ao governo do estado que ele trabalhe também em uma questão de isenção fiscal pelo menos temporária nos impostos estaduais.

Porque nós não podemos simplesmente fechar todos os shoppings, fechar todas as academias e não dar uma retaguarda para que aqueles que trabalham com esses empreendimentos consigam sobreviver.

Principalmente, a gente está falando de mini shoppings, daqueles lojistas que não têm uma empresa enorme, multinacional, mas que dependem disso para poder sobreviver. Sei que no ABC houve a suspensão de alguns transportes públicos.

Aliás, haverá a suspensão, a partir do dia 28, dos transportes públicos. Como vai ficar a vida do cidadão que precisa trabalhar? Precisamos que o Governo do Estado faça, pelo menos, como está fazendo na França - talvez - de isentar alguns impostos.

Sei que a competência do governador do Estado seria fazer a isenção de impostos estaduais. Então deixo aqui a minha solicitação ao governador do Estado de São Paulo para que ele faça essa isenção, ainda que temporária, nos impostos estaduais.

"Ah, mas não posso fazer a extinção desse imposto, porque é de competência nacional". Mas nada impede que venha a zerá-lo. Nada impede que venha a fazer com que isso ocorra. Afinal de contas, é só a população que vai pagar o preço por uma pandemia?

Não, esse é um problema que todos nós temos que abraçar. Todos nós precisamos lutar, juntos, para conseguir combater. Então peço ao governador do Estado que faça essa isenção dos impostos aos trabalhadores.

Porque aqui estamos falando dos principais impactados, que serão os lojistas, serão aqueles que trabalham nas academias, os profissionais de Educação Física, os personal trainers, etc.

Que ele faça, também, à população, um pronunciamento quanto ao pagamento de água, de luz, dentre outras coisas. Porque precisamos ter uma contrapartida. A população precisa desse respaldo.

Quanto ao que aconteceu ontem, preciso também citar. Por volta das nove horas tentou fazer-se uma espécie de panelaço contra o presidente da República. Estão tentando fazer outro novamente.

Um verdadeiro desrespeito. Lembro quando houve o panelaço contra Dilma Rousseff. Mas nada foi tão tarde como o que aconteceu ontem.

Famílias dormindo, idosos descansando e eles fazendo um verdadeiro escândalo. Tinha lá dez pessoas: uma feminista, um maconheiro, um drogado, um militante LGBT fazendo escândalo em bairros nobres da cidade de São Paulo, pedindo a deposição do presidente da República, Jair Bolsonaro.

Hoje, às nove, tentaráo fazer de novo. Então fica aqui a minha sugestão e de todos aqueles que, é claro, terão que ser obrigados a ouvir esse ruído nas ruas, para que coloquem o Hino Nacional, e deixe tocando, às nove horas, o Hino Nacional, para que eles entendam que não é só de impeachment que vive a história do nosso País.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Janaina Paschoal.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Por nada, Sr. Deputado. Seguindo a lista dos oradores inscritos, chamo à tribuna o Excelentíssimo Sr. Deputado Coronel Telhada. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. CORONEL TELHADADA - PP - SEM REVISÃO DO ORADOR - Novamente nesta tribuna, cumprimentando a todos os presentes aqui. Fiz questão de voltar aqui. Primeiro, para cumprimentar os deputados presentes na Casa. Inclusive, que puderam fazer uso da palavra: Delegado Olim, Alexandre Madureira, colega Douglas, Giannazi, Janaina.

Pedi para voltar por causa de um problema que aconteceu essa semana. Foi essa semana? Doutor Ulysses estava presente segunda-feira, onde houve uma solenidade lá no DOP, presidida pelo amigo doutor Nico. Delegado Olim estava presente. Houve um problema sério envolvendo o nosso senador, Major Olímpio, e o nosso governador, João Doria.

Antes de eu falar, eu queria dizer uma coisa para vocês. Apesar de ser policial - tenho fama de violento; por incrível que pareça, tenho fama de ser violento, que sou isso, aquilo - acho que não existe cara mais sossegado que eu. Não existe cara mais sossegado que eu.

Para eu chegar... Quando estou em combate, no crime, é uma coisa. O cara está com uma arma na mão, eu estou com outra, que vença o melhor. Não dou mole, não. Agora, no trato com as pessoas, acho que sou um cara até muito educado. Muito educado.

Aqui, todos os funcionários podem dizer sobre isso. Em cinco anos de Casa, acho que nunca tive problema com ninguém aqui. Com ninguém. Mesmo deputados que brigamos, e depois reatamos, não tenho esse problema de convivência.

Mas cada pessoa é uma pessoa. O que houve na segunda-feira, todo mundo acompanhou na rede social, o problema que houve entre o Major Olímpio e o governador.

O Major Olímpio é meu amigo há mais de 40 anos. É um grande, um dos maiores defensores da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Não há dúvida disso. Tem a maneira forte de ele trabalhar, dele se posicionar.

E, às vezes, também não é compreendido, não é entendido pelas pessoas. O governador também, por sua vez, todos nós temos lados positivos e negativos, não estou aqui para defender nem um lado, nem o outro.

Estou aqui para defender e falar a favor de uma pessoa que acabou ficando no meio dessa luta. A turma fala que, na briga entre o mar e o rochedo, quem dança é o marisco. É o marisco que paga tudo. Dessa vez, o "mariscão" aqui foi o capitão Mandese.

O capitão Mandese estava em missão com a sua tropa e, naquele momento, ele tomou uma atitude que deveria ter tomado. Pode ter sido até mal compreendido, mas quero, publicamente, hipotecar todo o meu apoio ao capitão Mandese.

O Dr. Olim também está se posicionando, e os demais deputados aqui, favoravelmente ao capitão Mandese, para que o governador o reconheça como o grande profissional que ele é.

A função do capitão Mandese ali, como ajudante de ordens e como segurança do governador, era justamente essa, fazer a segurança do governador, seja contra quem for, seja em que situação for.

Ninguém pode tocar no governador, isso é público e notório. É público e notório. Quer a gente goste ou não, a Polícia Militar cumpre a sua obrigação. E o pior é que vejo policiais militares criticando o capitão Mandese e os seus policiais.

É um absurdo isso! Nós mesmos nos criticando. É o que eu falo: a Polícia Militar não precisa de inimigos, nós somos nossos inimigos. O que houve ali, o problema entre os dois... A ação do capitão Mandese foi legítima.

Se eu fosse o governador, e aqui vai um recado ao governador Doria: governador João Doria, se eu fosse o senhor, eu

chamaria o capitão Mandese, eu o elogiaria publicamente e agradeceria o serviço dele. Se não fosse o capitão ter separado aquela situação, nós não sabemos onde poderia acabar aquela situação. Quem sabe até em vias de fato, o que seria terrível para os dois lados.

Então, quero aqui dizer bem claro isso: não sou advogado de ninguém, eu tenho uma grande relação com os dois. O Olímpio, há mais de 40 anos, é meu amigo, meu irmão, e ele sabe disso. Mas, a função do policial militar de proteger autoridades tem que ser mantida.

Aliás, para quem não sabe, o então capitão Olímpio, o tenente Olímpio, trabalhou na Casa Militar por muitos anos e atuou diretamente como segurança do então governador Fleury. E fez isso muitas vezes.

Para quem não lembra, o capitão Olímpio, quando estava comandando a 3ª Companhia do 7º Batalhão, quando o Covas foi lá naquela escola que hoje é Secretaria da Educação... Como é que chama? Caetano de Campos! Lembram disso, quando ele foi atacado pela população? O Olímpio se pôs na frente do governador Covas, tomou "tomatada", pedrada. Agora foi a vez do capitão Mandese.

Então, publicamente, na presença de todos, perante as imagens aqui, quero dizer o seguinte: capitão Mandese, o senhor tem todo o nosso apoio, meu e dos deputados do se declararam aqui. Parabéns pela missão que o senhor cumpriu.

No meu entendimento, repito mais uma vez, o governador tem que vir a público elogiar a sua atitude, porque foi graças à sua atitude correta e legal que se evitou um mal muito maior. O Delegado Olim falou que, no local, no momento, ele tentou contornar a situação, tentou conversar com as partes, mas estava todo mundo exaltado e foi muito difícil.

Então, nessa hora sobra para quem? Eu falei: para a Polícia Militar. Aliás, sempre sobra para a polícia. Hoje, nessa crise em que estamos, de Saúde, a polícia está no meio dessa loucura procurando manter a ordem na casa.

Em todo momento de crise, cabe sempre à Polícia Militar manter a calma, manter a ordem, manter a disciplina, manter a lei. E foi isso que o capitão Mandese e seus policiais fizeram. Parabéns. Continuem firme na missão. Têm o nosso apoio e nossa continência.

Sra. Presidente, solicito que minhas palavras sejam encaminhadas ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja valorizada e elogiada não só a atitude do capitão Mandese, como dos policiais que estavam em serviço.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Nós agradecemos. Peço à assessoria que encaminhe a fala do Exmo. Sr. Deputado Coronel Telhada ao Exmo. Sr. Governador.

Seguindo com a lista dos oradores inscritos, chamo à tribuna o nobre deputado Carlos Giannazi. Vossa Excelência tem o prazo de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - De volta a esta tribuna pela terceira vez no dia de hoje, deputada Janaina Paschoal, presidente em exercício desta sessão, eu gostaria de dizer que haverá, hoje à noite, às 20 horas, um verdadeiro "barulhaço" no Brasil.

Não um panelaço, mas um "barulhaço", organizado pelo povo brasileiro. Primeiro, em defesa do Sistema Único de Saúde, em defesa do SUS. Depois, em defesa da proteção social, em defesa da democracia, que está sendo ameaçada constantemente, e em defesa dos direitos dos trabalhadores. Dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais do povo brasileiro.

Ontem, nós tivemos uma manifestação espontânea em vários bairros de São Paulo e em algumas regiões do Brasil, porque o povo não aguenta mais. O povo não aguenta mais tanta incompetência, tanta incoerência, tantos ataques aos seus direitos.

Então, o povo começa a acordar, começa a se manifestar em vários pontos do Brasil. Parece que a ficha está caindo hoje no Brasil. Essas manifestações tendem a aumentar.

Essa questão, essa pandemia do coronavírus joga luz sobre a falta de investimento nessas áreas. E um dos motivos, também, da manifestação do dia de hoje... Essa manifestação, na verdade, já estava programada. Hoje, dia 18, seria um dia de luta em defesa dos serviços públicos, seria um dia de luta em defesa da Educação pública, seria uma greve geral da Educação.

Mas, por conta da pandemia, esse ato de hoje foi transformado num "barulhaço", que será feito pelas pessoas em suas casas, em seus apartamentos.

Mas um dos pontos dessa pauta é o fim, é a revogação imediata da Emenda Constitucional no 95, que congelou os investimentos no Brasil nas áreas sociais por 20 anos, sobretudo no SUS, no Sistema Único de Saúde.

Significa que não haverá investimento na área da Saúde para combater a pandemia no Brasil. Nós temos que revogar imediatamente a Emenda 95, ainda do governo Temer, que teve apoio do Bolsonaro. Bolsonaro aprovou, votou favoravelmente ao congelamento dos investimentos nas áreas sociais.

A única área que ficou livre do congelamento foi o pagamento de juros da dívida pública brasileira, que consome quase metade do nosso orçamento. Consome bilhões de reais.

E, diante disso, nós estamos também apelando: é o momento, agora, de questionar o Estado e exigir que o Estado faça a suspensão imediata do pagamento da dívida pública brasileira.

Nós estamos, agora, vivendo uma economia de guerra; o governo tem que investir nos trabalhadores, na população, nos trabalhadores informais, que vão ficar sem renda. Nós temos aí milhões de trabalhadores que estão na informalidade, milhões que estão trabalhando em empregos precarizados.

Então, o governo tem que investir o orçamento nesses trabalhadores. Nós do PSOL já protocolamos em Brasília, um projeto de lei obrigando o governo a pagar pelo menos um salário mínimo para os trabalhadores que estejam nessa situação.

Porque dinheiro tem no orçamento; o Brasil é um país rico, está entre as 10 maiores economias do mundo. Então é hora, agora, de injetar dinheiro, sobretudo, em primeiro lugar, nos trabalhadores, ocorrendo os trabalhadores informais, os precarizados.

Nós temos que garantir que nenhum trabalhador seja demitido das empresas, para quem trabalha em empresa privada. Temos que garantir também o pagamento dos salários dos servidores públicos em todo o Brasil.

Porque eu vejo que o governo está apresentando pacotes para socorrer empresas aéreas, bancos, a bolsa de valores. Mas não apresenta um projeto para socorrer os sem-teto, os sem-terra, as pessoas em situação de risco, as pessoas que estão no subemprego, as pessoas que estão desempregadas.

Então, é com essa população que nós temos que nos preocupar nesse momento. É dinheiro tem. Por isso que nós já apresentamos, em Brasília, um projeto de lei com vários pontos beneficiando esses setores que eu citei. Nós temos, então, que suspender o pagamento de juros da dívida pública e injetar dinheiro para socorrer os trabalhadores no sistema de Saúde.

É isso que importa nesse momento. Porque, além da questão da Saúde e da vida, nós vamos ter também uma grande crise econômica, que vai sacrificar milhões de pessoas no Brasil.

O Brasil é um país desigual, um País que tem uma das maiores desigualdades econômicas e sociais do mundo, do planeta. Então, o Brasil não vai aguentar essa crise econômica também.

Muitas pessoas vão morrer por conta do vírus. Mas, morrereão também por conta da crise financeira. Então, nós temos que ter uma grande proteção social e injetar o dinheiro público, que é nosso, que é produzido pelos trabalhadores. O dinheiro não é dos empresários, é do povo brasileiro.

Nós estamos agora vivendo uma economia de guerra. E, esse dinheiro tem que ser investido para socorrer os trabalhadores e as trabalhadoras do Brasil.

Muito obrigado, deputada Janaina.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL – Nós que agradecemos, Sr. Deputado.

E, passo a Presidência a Vossa Excelência.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL – Dando sequência à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, na lista suplementar, com a palavra a nobre deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL – SEM REVISÃO DO ORADOR – Muito obrigada, Sr. Presidente. Gostaria de comunicar à população que, além da reunião que fiz com o governador na presença dos deputados aqui e das reuniões de que venho participando com os colegas deputados e dando sugestões, eu fiz oficialmente duas indicações para o governador.

Protocolizei aqui na Casa, conforme manda o Regimento, mas também mandei por email, solicitando equipamentos de proteção não só para os profissionais de Saúde, para os policiais que vão atender ocorrências, para os trabalhadores da Defesa Civil, que precisarão socorrer vítimas, socorrer famílias, levar alimentos.

E, infelizmente, se nós passarmos pelo que os outros países estão passando, ajudar a recolher os cadáveres. Esse é um problema que os outros países estão enfrentando.

Então, esses profissionais precisam de luvas, precisam de máscaras, para diminuir o risco de serem contaminados. Também nessas indicações solicitei ao Sr. Governador a distribuição de alimentos para aquelas comunidades mais vulneráveis, pessoas mais pobres, residentes de favelas, pessoas mais pobres, residentes de cortiços, pessoas que praticamente não têm nada e residem nas ruas.

Por que isso? Porque pode ser que nós precisemos enfrentar um toque de recolher absoluto. Se precisarmos, aquelas pessoas que têm condições de fazer a sua comprinha – não precisa comprar tudo, não precisa ficar estocando tudo, não é para montar bunker, mas aquelas pessoas que têm condições – já estão fazendo.

E as que não têm? Então, a gente precisa ter um plano de socorro para essas pessoas. Num primeiro momento, eu pensei em cestas básicas. O problema é o seguinte: arroz, feijão, você só pode comer se puder cozinhar. E se não tiver gás?

Então, assim, é importante que essa distribuição se dê não só em termos de alimentos para serem preparados, mas também alimentos que possam ser consumidos independentemente de preparo.

Ontem, conversei com o colega Daniel José sobre isso. Ele disse que acha muito mais inteligente fazer a distribuição de vouchers, ou de vales. O presidente Trump, nos Estados Unidos, já está falando nisso, claro que em valores que para o Brasil só impensáveis.

O presidente Bolsonaro, numa entrevista, tratou do tema. Eu sei que ele está dando uma coletiva neste momento, talvez esteja falando sobre isso. Eu não sei o formato; eu só sei que nós precisamos garantir alimentação – estou falando de sobrevivência – para as pessoas mais pobres, mais carentes, no País inteiro, para a necessidade limite de um toque de recolher absoluto.

E, eu peço ao presidente Bolsonaro, talvez até esteja falando sobre isso na sua coletiva, que avalie com a equipe mudar o prazo da entrega da declaração do Imposto de Renda.

Primeiro, as pessoas não têm cabeça para isso. Esse é o ponto número um. Segundo, eu estou recebendo contatos de contadores e vereadores falando em nome de contadores.

Os contadores têm prazos a cumprir, sob pena de pagarem multa. E o que é que está acontecendo? Os funcionários dos contadores, ou porque estão contaminados, ou porque estão com suspeita, ou porque estão em pânico, ou porque estão no grupo de risco, os funcionários não estão indo trabalhar.

E os contadores não estão conseguindo se organizar para encaminhar essas declarações de Imposto de Renda no prazo.

Dado que nós estamos, sim, numa situação de calamidade, não só nacional, mas, mundial, esse prazo, para os cidadãos, individualmente, e para os contadores, assim como profissionais prestadores desse serviço, esse prazo precisa ser estendido. Acredito que não haja nem discussão sobre essa necessidade. Fica aqui um pleito respeitoso.

Peço ainda às autoridades que compreendam, todas elas, o momento que estamos atravessando. Hoje foi noticiado pela revista "Crusoe" que, em meio a essa crise, o Conselho Nacional de Justiça baixou um edital para adquirir 200 mil reais em alimentos para o lanche do ministro Dias Toffoli.

Nós estamos falando para a população: tenhamos calma, vamos trabalhar com diálogo, vamos colocar o combate à contenção desse vírus em primeiro lugar, porque hoje é a nossa prioridade mundial, mas é muito duro quando uma autoridade, chefe de um poder, não compreende, não tem sensibilidade para enxergar que nós estamos aqui desesperados para manter a alimentação básica da nossa população que vai ser contaminada às dezenas, às centenas, quiçá aos milhares.

Então, eu peço ao presidente do Supremo Tribunal Federal: não espere uma ordem, de quem quer que seja. Tenha a bondade, tenha a grandeza de cancelar esse edital. Seria um sinal de que há, de verdade, o desejo de diálogo, o desejo de rever os nossos conceitos, e o momento mundial pede isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente. Para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o nobre deputado Douglas Garcia para uma comunicação.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu esqueci de falar na tribuna, mas para solicitar ao governo do estado de São Paulo que, além de apresentar propostas ou contrapropostas a respeito do que está acontecendo, no fechamento de shoppings, no fechamento de academias, para ajudar o trabalhador, porque ele vai ser o principal impactado, uma vez que a economia também será impactada e, portanto, nós estamos prevendo demissões. Porque de onde nós iremos conseguir repor esse dano que ocorrerá à economia no estado de São Paulo? Além do governo do estado apresentar contrapropostas, como isenção de impostos estaduais, que o governo do estado de São Paulo também venha a trabalhar no sentido de fazer com que o estado venha a conceder linhas de crédito a esses empresários.

Infelizmente, nós estamos vivendo um momento em que nós precisamos ceder para as pessoas, para o empresariado investir no nosso Brasil, e agora chegamos em um momento de pandemia, um momento de crise.

Além de, já que V. Exa. está presidindo os trabalhos, convidar a bancada do PSOL a aderir, no Congresso Nacional, ao pedido que muitos deputados estão fazendo, de fazer com que o dinheiro do fundo eleitoral seja voltado para as questões de atender essa crise de Saúde que nós estamos passando, porque o dinheiro do fundo eleitoral são bilhões, que estão destinados à campanha eleitoral.

Então solicito também à bancada do PSOL, à bancada do PT, à bancada do centro, a todas as bancadas dessa Assembleia Legislativa, para que conversem com os seus líderes partidários, para que o dinheiro do fundo eleitoral seja veiculado para atender, nesse momento de emergência esse projeto que está Congresso Nacional.

Eu não sei de que forma o Congresso vai trabalhar, porque precisamos atender um requerimento da União com relação ao estado de calamidade, mas para que votem também essa mudança na nossa legislação, que permita o dinheiro do fundo eleitoral ser utilizado para o atendimento da Saúde.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente. Excelência, havendo acordo de lideranças, eu requiero o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Antes de levantar, só respondendo ao deputado Douglas Garcia, que fez uma pertinente proposta, que nós apoiamos, deputado Douglas Garcia, do fundo eleitoral, mas, além do fundo eleitoral, nós também queremos que haja suspensão do pagamento da dívida pública brasileira, e o dinheiro seja canalizado para os trabalhadores e trabalhadoras, para que nós possamos organizar uma grande proteção social no Brasil.

Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 34 minutos.

* * *

19 DE MARÇO DE 2020 30ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADADA, JANAINA PASCHOAL e DOUGLAS GARCIA
Secretaria: JANAINA PASCHOAL

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - JANAINA PASCHOAL

Considera insuficientes as providências tomadas, até o momento, pelo governo estadual, no combate à crise provocada pelo coronavírus. Defende a adoção de medidas mais drásticas. Alude às consequências da proliferação do vírus na Itália.

3 - PRESIDENTE CORONEL TELHADADA

Cancela a sessão solene em "Celebração do Dia do Profissional de Contabilidade", anteriormente convocada para 27/04, às 20 horas, por solicitação do deputado Itamar Borges.

4 - JANAINA PASCHOAL

Assume a Presidência.

5 - CORONEL TELHADADA

Parabeniza os municípios que aniversariam nesta data. Lembra que hoje é o Dia do Artesão. Combate recomendação de liberação de presidiários, feita pelo CNJ, por conta da crise do coronavírus. Defende a manutenção de visitas no sistema prisional.

6 - MAJOR MECCA

Declara que é preciso seguir à risca as recomendações da OMS para combater a disseminação do coronavírus. Sugere ao governo estadual medidas que tratam da proteção dos servidores da Segurança e da Saúde, bem como de seus familiares.

7 - CORONEL TELHADADA

Assume a Presidência.

8 - CARLOS GIANNAZI

Tece críticas a medida provisória editada pelo governo federal, que autoriza as empresas a cortar o salário de seus funcionários. Descreve projetos de lei, de sua autoria, que versam sobre a garantia de direitos em meio à pandemia da Covid-19.

9 - MAJOR MECCA

Para comunicação, comenta o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi. Cobra da Arcolimp, empresa que presta serviços a esta Casa, a liberação de funcionários que façam parte de grupos de risco.

10 - DOUGLAS GARCIA

Cobra retratação do embaixador da China no Brasil, a quem acusa de ter ofendido o presidente Jair Bolsonaro. Parabeniza o Itamaraty por sua resposta à declaração da embaixada. Responsabiliza as autoridades chinesas pela pandemia do coronavírus.

11 - JANAINA PASCHOAL

Concorda com o pronunciamento do deputado Major Mecca com relação à Arcolimp. Recomenda a permanência em casa, na medida do possível. Pede a todos que busquem ajudar os que vierem a passar por dificuldades financeiras durante a pandemia da Covid-19.

12 - MAJOR MECCA

Para comunicação, discorre sobre o impacto da crise do coronavírus sobre os pequenos e microempresários. Faz sugestões acerca do uso de espaços pela Secretaria da Saúde.

13 - GIL DINIZ

Defende o deputado federal Eduardo Bolsonaro, que criticou o governo chinês pelo modo como este lidou com a crise do coronavírus. Condena a reação que a embaixada da China no Brasil teve às declarações do parlamentar. Reprova atitudes do governador João Doria.

14 - JANAINA PASCHOAL

Para comunicação, comenta notícias que recebeu acerca de possíveis tratamentos para a Covid-19. Frisa a importância da Furp em um momento como este.

15 - DOUGLAS GARCIA

Assume a Presidência.

16 - CORONEL TELHADADA

Propõe ao governo estadual que seja permitido aos policiais militares exercer sua função na cidade em que vivem, por conta da redução da frota de ônibus em circulação. Crítica a Rede Globo pela sua cobertura da coletiva de imprensa dada pelo presidente da República.

GRANDE EXPEDIENTE

17 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, informa a publicação no Diário Oficial da Resolução nº 27, da Secretaria de Educação, suspendendo contratos na área da Educação. Afirma que esta medida do governador João Doria promoverá o desemprego de milhares de pessoas no estado de São Paulo. Lamenta a publicação do decreto. Informa ter apresentado um projeto de decreto legislativo para anular esta resolução.

18 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, crítica o funcionamento, em tempos de pandemia, do Poupatempo e do Detran. Lamenta que os funcionários estejam sendo expostos a riscos ao atender a população. Ressalta que os mesmos estão sem equipamentos de proteção. Apela para que o Governo do Estado suspenda os atendimentos. Denuncia a falta de sabonetes e álcool gel em todas as unidades da Fundação Casa no Estado. Apela ao governador João Doria que resolva esta situação. Considera como uma ameaça à saúde e à vida dos servidores, dos adolescentes e dos próprios familiares.

19 - CORONEL TELHADADA

Assume a Presidência.

20 - MAJOR MECCA

Para comunicação, apela ao governador João Doria, conforme indicação apresentada pelo seu mandato, para que a Polícia Militar retorne ao horário de trabalho 8 x 40. Esclarece que este horário é importante para as questões relacionadas ao uso de equipamentos de proteção individual, que podem chegar a 12 quilos no corpo dos policiais. Explica que a atual carga horária pode trazer problemas de saúde, principalmente para a coluna e articulações. Pede que sejam disponibilizados